

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À
Diretoria e Quotistas da
Guarupart Participações Ltda.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guarupart Participações Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guarupart Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administração continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 30 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Victor Henrique Fortunato Ferreira'. The signature is written over the printed name and extends to the right.

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante:		216.722	185.370	5.375.285	4.402.502
Caixa e equivalentes de caixa	9	30	29	850.511	377.148
Investimento de curto prazo	10	-	-	1.836.607	1.553.503
Títulos e valores mobiliários	11	-	-	1.304	971
Contas a receber de clientes	12	-	-	448.279	391.698
Estoques		-	-	9.201	8.245
Impostos a recuperar	13a	1.431	1.423	174.730	100.225
Adiantamentos a fornecedores		-	-	87.668	171.482
Despesas antecipadas		-	-	13.602	8.251
Dividendos a receber - Partes relacionadas	14	214.882	183.545	75	75
Ativo contratual da concessão	16	-	-	1.909.364	1.701.139
Outros ativos		379	373	43.944	89.765
Não circulante:		3.796.325	3.661.045	22.813.371	21.644.201
Títulos e valores mobiliários	11	55.216	57.302	192.006	177.997
Alienações de investimentos	15	57.220	57.220	57.220	57.220
Contas a receber de clientes	12	-	-	52.922	24.533
Impostos a recuperar	13a	-	-	21.609	28.356
Tributos e contribuições sociais diferido	13b	-	-	53.272	20.207
Partes relacionadas	14	122.483	192.280	122.483	192.280
Ativo contratual da concessão	16	-	-	16.448.446	15.902.984
Cauções e depósitos judiciais		12.015	12.013	27.869	27.491
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	7.088	-
Outras contas a receber		3.220	3.220	57.382	67.500
Investimentos	17	3.543.341	3.336.172	176.135	150.993
Imobilizado	18	2.674	2.682	5.327.090	4.712.920
Intangível	19	156	156	269.849	281.720
Ativo total		4.013.047	3.846.415	28.188.656	26.046.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Circulante:		129.052	271.054	2.472.365	2.535.064
Empréstimos e financiamentos	20	5.994	5.219	659.412	639.633
Debêntures	21	-	-	497.611	316.779
Fornecedores		1.952	1.926	241.071	200.313
Salários, férias e encargos sociais		-	-	45.325	44.866
Tributos e contribuições sociais corrente e diferido	22a	3.831	2.412	342.001	231.832
Adiantamentos de clientes		-	12	6.779	2.456
Passivo de arrendamento		-	-	8.531	9.706
Dividendos a pagar		115.909	260.477	453.407	645.344
Provisões de constituição dos ativos	23	-	-	83.170	324.502
Provisão para compensações ambientais	24	-	-	8.697	7.475
Encargos regulatórios	25	-	-	58.319	58.156
Outras obrigações		1.366	1.008	68.042	54.002
Não Circulante		120.553	114.007	15.124.498	13.384.661
Empréstimos e financiamentos	20	95.899	88.729	1.962.099	1.841.908
Debêntures	21	-	-	8.618.877	7.343.384
Passivo de arrendamento		-	-	36.263	38.707
Provisão para contingências	26	6.531	6.531	16.963	12.683
Adiantamento de clientes		-	-	-	12.645
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	293	36.941
Tributos e contribuições sociais diferido	22b	19	39	3.981.309	3.806.139
Encargos regulatórios	25	-	-	193.224	191.960
Partes relacionadas	10	18.104	18.708	18.104	18.708
Passivo contratual com clientes		-	-	116.330	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	8.860	-
Provisões de constituição dos ativos	23	-	-	92.719	17.094
Provisão para compensações ambientais	24	-	-	17.302	23.116
Outras contas a pagar		-	-	62.155	41.376
Participação de acionistas não controladores		-	-	6.828.351	6.665.624
Patrimônio líquido:		3.763.442	3.461.354	3.763.442	3.461.354
Capital social realizado	27	476.726	476.726	476.726	476.726
Gasto com emissão de ações reflexa		(38.123)	(38.123)	(38.123)	(38.123)
Reserva de capital	27	26.058	58.797	26.058	58.797
Reserva de lucros	27	3.276.018	2.928.271	3.276.018	2.928.271
Ajustes Acumulados de conversão		22.763	35.683	22.763	35.683
Patrimônio líquido mais participação de acionistas não controladores		3.763.442	3.461.354	10.591.793	10.126.978
Passivo total		4.013.047	3.846.415	28.188.656	26.046.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações do resultado e resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta:					
Transmissão e geração de energia		-	-	3.554.647	5.005.563
Venda de Energia		-	-	695.358	797.636
Receita operacional bruta:	28	-	-	4.250.005	5.803.199
Deduções da receita bruta	28	-	-	(416.297)	(568.991)
Receita operacional líquida	28	-	-	3.833.708	5.234.208
Custos operacionais					
Custo dos serviços prestados	29	-	-	(255.170)	(141.887)
Energia comprada para revenda		-	-	(42.481)	(146.165)
Custo de infraestrutura	29	-	-	(253.262)	(977.078)
Depreciação /amortização		-	-	(141.740)	(134.496)
		-	-	(692.653)	(1.399.626)
Lucro bruto		-	-	3.141.055	3.834.582
Despesas (receitas) operacionais:					
Administrativas e gerais	29	(3.762)	(6.133)	(117.649)	(103.506)
Depreciação /amortização		(8)	(48)	(7.850)	(5.115)
Honorários da Diretoria e Conselho de Adm.		-	-	(32.233)	(31.454)
Resultado da equivalência patrimonial	17	467.712	571.866	5.966	5.255
Outras receitas		21	32.930	75.479	118.834
Outras despesas	29	-	(34.132)	(202.562)	(45.967)
		463.963	564.483	(278.849)	(61.953)
Lucro antes do resultado financeiro		463.963	564.483	2.862.206	3.772.629
Despesas financeiras	30	(13.590)	(6.293)	(1.233.616)	(1.029.661)
Receitas financeiras	30	13.264	6.199	267.164	114.022
		(326)	(94)	(966.452)	(915.639)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		463.637	564.389	1.895.754	2.856.990
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(140.504)	(500.838)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(95.452)	(240.813)
Lucro líquido do exercício		463.637	564.389	1.659.798	2.115.339
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		463.637	564.389	463.637	564.389
Acionistas não controladores		-	-	1.196.161	1.550.950
		463.637	564.389	1.659.798	2.115.339
Lucro líquido por lote mil quotas do capital final atribuído aos sócios da companhia - R\$		0,97	1,18		
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil		476.726	476.726		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações do resultado e resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício		463.637	564.389	1.659.798	2.115.339
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente total		463.637	564.389	1.659.798	2.115.339
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		463.637	564.389	463.637	564.389
Acionistas não controladores		-	-	1.196.161	1.550.950
Resultado abrangente total		463.637	564.389	1.659.798	2.115.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações reflexa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão de balanço	Total Controladora	Ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Capital						
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	476.726	(38.123)	95.345	2.409.613	27.946	2	43.213	3.014.722	-	5.991.717	9.006.439
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					30.851			30.851			30.851
Ajuste de conversão de moeda estrangeira						-	(7.530)	(7.530)			(7.530)
Outros Ajustes						19		19			19
Variação na participação dos acionistas não controladores									673.907		673.907
Lucro líquido do exercício						564.389		564.389	-		564.389
Dividendos propostos						(141.097)		(141.097)			(141.097)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				423.313		(423.313)		-			-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	476.726	(38.123)	95.345	2.832.926	58.797	(0)	35.683	3.461.354	-	6.665.624	10.126.978
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					(32.739)			(32.739)			(32.739)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira						-	(12.920)	(12.920)			(12.920)
Outros Ajustes						19		19			19
Variação na participação dos acionistas não controladores									162.727		162.727
Lucro líquido do exercício						463.637		463.637	-		463.637
Dividendos propostos						(115.909)		(115.909)			(115.909)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				347.747		(347.747)		-			-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	476.726	(38.123)	95.345	3.180.673	26.058	(0)	22.763	3.763.442	-	6.828.351	10.591.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	463.637	564.389	1.659.798	2.115.339
Ajustes no lucro para:				
Resultado de não controladores	-	-	(1.196.161)	(1.550.950)
Resultado da equivalência patrimonial	(467.712)	(571.866)	(5.966)	(5.255)
Depreciação e amortização	8	48	149.590	139.611
Valor residual das baixas do imobilizado	-	-	2.584	548
Valor residual das baixas de investimentos	-	28.508	715	-
Valor residual das baixas do intangível	-	-	5.659	3.254
Encargos de dívidas(inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	13.486	5.545	1.293.245	1.187.300
Receitas financeiras	(13.263)	(6.199)	(232.775)	(73.805)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(140.504)	(500.838)
Imposto diferido	-	-	(95.452)	(240.813)
Ajuste participação de minoritário	-	-	162.727	673.907
	(3.844)	20.425	1.603.460	1.748.298
(Aumento) redução de Ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(84.970)	20.025
Contas a receber ativo financeiro	-	-	(753.687)	(3.003.413)
Estoques	-	-	(956)	(389)
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	(33.065)	(13.519)
Tributos e compensar	(8)	2	(67.758)	20.831
Adiantamentos a fornecedores	-	-	83.814	(91.738)
Investimento de curto prazo	-	-	(63.592)	(80.391)
Títulos e valores mobiliários	2.086	-	(14.342)	(18.047)
Outras contas a receber	(6)	(4)	55.939	(66.998)
Cauções e depósitos judiciais	(2)	1	(378)	(144)
Partes relacionadas	83.060	(160.955)	83.060	(160.955)
Instrumentos financeiros	-	-	(7.088)	-
Despesas antecipadas	-	-	(5.351)	(2.423)
	85.130	(160.956)	(808.374)	(3.397.161)
Aumento (redução) de Passivos				
Fornecedores	26	126	40.758	(186.614)
Salários, férias e encargos sociais	-	-	459	(12.917)
Contribuições e impostos a recolher	1.419	1.270	250.673	540.014
Imposto de renda diferido	1	2	270.643	1.138.005
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	1.427	18.591
Provisões de constituição dos ativos	-	-	(165.707)	143.544
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	8.860	-
Passivo Contratual com clientes	-	-	116.330	-
Adiantamento de clientes	(12)	12	(8.322)	13.645
Outras provisões	-	5.528	(312)	(6.412)
Dividendos a pagar	-	-	-	1.803
Partes relacionadas	(604)	-	(604)	-
Outras contas a pagar	358	26	34.819	6.533
	1.188	6.964	549.024	1.656.192
CAIXA (APLICADO NAS) PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	82.474	(133.567)	1.344.110	7.329
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimento	-	-	(19.891)	(10.200)
Imobilizado	-	-	(954.368)	(211.881)
Intangível	-	-	(3.688)	(91.339)
Dividendos recebidos	183.545	126.411	-	-
	183.545	126.411	(977.947)	(313.420)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Emprestimos tomados	-	90.000	2.627.182	1.561.894
Amortizações e pgtos de empréstimos	(5.541)	(82.837)	(2.171.869)	(1.602.656)
Passivo de arrendamento	-	-	(3.619)	12.721
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(36.648)	36.649
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(260.477)	-	(307.846)	-
	(266.018)	7.163	107.200	8.608
(REDUÇÃO)AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	7	473.363	(297.483)
DEMONSTRAÇÃO DA (REDUÇÃO)AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo no início do exercício	29	22	377.148	674.631
Saldo no final do exercício	30	29	850.511	377.148
	1	7	473.363	(297.483)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Guarupart tem por objeto social a participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista bem como a gestão e a comercialização de bens próprios.

Sua principal participação societária é na Alupar Investimento S.A., uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão) e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30 de março de 2022.

3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- Contratos de concessão (notas explicativas 8.2 e 17) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Imobilizado (nota explicativa nº 19) e Intangível (nota explicativa nº 20) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para compensações ambientais (nota explicativa nº 25); Provisão para constituição dos ativos (nota explicativa nº 24) e Provisão para contingências (nota explicativa nº 27) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 26 - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 23a) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão; e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 30) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5. Moeda funcional e de apresentação e conversão de entidade no exterior

5.1 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada “Alupar”.

5.2 Conversão de saldos de entidade no exterior

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As receitas e despesas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa média de câmbio do exercício. A Companhia registra em outros resultados abrangentes variações cambiais resultantes da referida conversão de suas controladas no exterior. Tais variações somente serão transferidas para a demonstração do resultado em caso de baixa do investimento.

6. Base de Consolidação

6.1 Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Participação 31/12/2022 (%)		Participação 31/12/2021 (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas diretas					
Alupar Investimento S.A	Holding	50,92	-	50,92	-
Controladas indiretas					
ACE	Comercializadora	100,00	-	100,00	-
AETE	Transmissão	-	32,06	-	32,06
AF Energia	Prestadora de serviços	100,00	-	100,00	-
Agua Limpa	Geração	99,99	-	99,99	-
Alupar Chile	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Colombia	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Peru	Holding	100,00	-	100,00	-
Apaete	Holding	36,96	-	36,96	-
EAP I	Geração	42,67	57,33	99,90	-
EAP II	Geração	36,79	63,21	99,90	-
EAP III (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP IV (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP V (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP VI (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP VII (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EATE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EBTE (i)	Transmissão	-	25,51	-	25,51
ECTE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EDTE (vi)	Transmissão	-	25,06	-	25,06
EDV I (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV II (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV III (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV IV (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV X (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
ELTE	Transmissão	99,99	-	99,99	-
ENTE	Transmissão	50,01	-	50,01	-
ERTE	Transmissão	21,96	28,05	21,96	28,05
ESDE (iii)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ESTE (i)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETAP	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETB	Transmissão	51,00	-	51,00	-
ETC	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETEM	Transmissão	62,79	-	62,79	-
ETEP	Transmissão	50,02	-	50,02	-
ETES	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETSE (iv)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETVG	Transmissão	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes	Geração	100,00	-	100,00	-
Foz	Geração	100,00	-	100,00	-
GET	Geração	51,00	-	51,00	-
Ijuí	Geração	49,00	51,00	86,66	-
La Virgen (viii)	Geração	3,67	86,07	3,67	86,07
Lavrinhas	Geração	61,00	-	61,00	-
Lumitrans (i)	Transmissão	15,00	40,01	15,00	40,01
Queluz	Geração	68,83	-	68,83	-
UFV Pitombeira S.A	Geração	99,99	-	99,99	-
Risaralda (vii)	Geração	0,34	99,62	0,34	99,62
STC (i)	Transmissão	20,00	40,01	20,00	40,01
STN	Transmissão	51,00	-	51,00	-
TCC	Transmissão	65,70	-	65,70	-
TCE (vii)	Transmissão	-	99,99	-	99,99
TME	Transmissão	60,00	-	60,00	-
TPE	Transmissão	65,70	-	51,00	-
Transirapé (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transleste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transminas	Holding	70,02	-	70,02	-
Transudeste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
TSM	Transmissão	65,70	-	51,00	-
Verde 8	Geração	85,00	-	85,00	-
Windepar	Holding	100,00	-	100,00	-
Iracema	Geração	100,00	-	-	-
Controlada em conjunto:					
TNE (*)	Transmissão	51,00	-	51,00	-

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) Controladas diretamente pela Transminas. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Participação indireta via EATE. (vi) Participação indireta via ENTE. (vii) Participação indireta via Alupar Colômbia. (viii) Participação indireta via a controlada Alupar Peru. (ix) Participação indireta via a controlada Windepar. (x) Controladas constituídas em 16 de setembro de 2020. (*) A TNE é controlada em conjunto pois decisões relevantes sobre o negócio são tomadas por unanimidade de votos dos acionistas detentores de ações votantes para serem aprovadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

6.2 Combinação de Negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

7. Sumário das práticas contábeis

7.1. Instrumentos financeiros

7.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

7.1.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 31.1

7.2. Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 12,3,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo pelo IPCA/IGPM. Adicionalmente, não há alteração da taxa definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida no resultado do exercício.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas de infraestrutura e a receita de remuneração financeira dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE que estão registrados na rubrica de “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

7.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora).

7.4 Imobilizado

7.4.1. Imobilizado de Geração e Transmissão

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 19 tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

7.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

a) Direito de exploração – Uso do Bem Público (“UBP”)

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito parcelas fixas mensais durante o prazo de concessão, com início a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. O reconhecimento inicial da provisão do pagamento do UBP é em contrapartida ao Intangível e foi reconhecida de acordo com o “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” ajustada ao valor presente pela taxa de desconto que reflete ao valor justo da obrigação. Após o reconhecimento inicial a provisão do UBP é mantida pelo custo amortizado, cujas as parcelas são atualizadas anualmente pelo IGP-M, sendo essa atualização reconhecida em despesas financeiras. Não há incidência de juros.

b) Direito exploração obtidos em combinação de negócios

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

c) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí, em decorrência da Lei nº. 14.052, publicada em 9 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras hidrelétricas que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Essas extensões de outorga foram homologadas pela ANEEL, de acordo com a regulamentação estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 895 e compensaram as geradoras pelo risco hidrológico (*GSF – Generation Scaling Factor*) incorrido no período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

d) Desenvolvimento de projetos

Refere-se aos custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos podem ser vendidos ou são transferidos às Sociedades de Propósito Específicos – SPE’s, e os valores gastos no desenvolvimento dos projetos podem que reembolsados ou utilizados como aporte de capital.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

7.6. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independentemente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

7.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

7.7.1. Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

7.7.2. Provisão para desmobilização de ativos

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

7.7.3. Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

7.7.4. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

7.8. Benefícios a empregados

7.8.1. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

7.8.2. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

7.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado "Lucro da Exploração", aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

7.10. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

7.10.1. Receita de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

7.10.2. Receita de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

7.10.3. Receita de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é reconhecida conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. A margem de operação e manutenção é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

7.10.4. Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

7.10.5. Receita de suprimento de energia elétrica

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

7.10.6. Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

7.11. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

7.12. Resultado por ação

A Controlada efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia controlada atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

7.13. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

7.14. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

7.15. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Encargos regulatórios” e “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

7.16. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) “Outros” que compreende atividade de comercialização e serviços de operação e manutenção que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

7.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

7.18. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

7.19. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas utilizaram como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazos de vencimento próximo ao prazo do arrendamento acrescidos do risco de crédito (“spread bancário”) obtidos através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

8. Novas normas e interpretações.

8.1 Em vigor desde 1º de janeiro de 2022

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações no CPC 25/IAS 37);
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações no CPC 27/IAS 16); e

8.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1);
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32/IAS 12).

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos - Depósitos a vista			20	20	180.548	35.228
Certificados de depósitos bancários	99,07%	98,13%	-	-	357.336	181.706
Fundos de investimentos	96,70%	95,08%	-	-	233.220	153.912
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	10	9	79.407	6.302
			30	29	850.511	377.148

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

10. Investimentos de curto prazo

Descrição da carteira	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Operações compromissadas	832.090	713.903
Títulos públicos do Governo Brasileiro	850.748	703.311
Títulos Privados	153.583	136.350
Outros	186	(61)
	1.836.607	1.553.503

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em três fundos exclusivos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e foram remunerados em média por 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (62,83% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

11. Títulos e valores mobiliários

	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Outros fundos de investimentos	98,10%	97,50%	1.304	971
			1.304	971
Não circulante				
Outros fundos de investimentos	97,50%	97,50%	136.790	120.695
Debêntures (Principal)	100% cdi + Spread	100% cdi + Spread 4,10%aa	55.216	57.302
			192.006	177.997
Total			193.310	178.968

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

12. Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber de clientes	10.712	10.712	10.712	10.712
Contas a Receber - Sistema de Transmissão de Energia	-	-	432.873	288.639
Contas a Receber - Sistema de Geração de energia	-	-	68.328	127.592
	10.712	10.712	511.913	446.968
(-) Perdas de crédito esperadas	(10.712)	(10.712)	(10.712)	(10.712)
	-	-	501.201	436.256
Circulante	-	-	448.279	391.698
Não circulante	-	-	52.922	24.533
	-	-	501.201	416.231

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nenhuma perda de crédito esperada foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber para o segmento de geração. Para o segmento de transmissão de acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

13. Impostos a recuperar

A Companhia e suas controladas, efetuaram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições sociais. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e outros tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a recuperar				
IRRF	-	-	25.122	10.301
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	3.032	1.974
IRPJ/CSLL	-	-	90.537	54.773
PIS	-	-	1.204	1.055
COFINS	-	-	2.479	2.203
INSS	1.301	1.301	1.845	1.846
Saldo Negativo - IRPJ	115	120	115	120
ICMS	-	-	222	51
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	7.561	27.779
Outros	15	2	42.613	123
Total circulante	1.431	1.423	174.730	100.225
Imposto de Renda Retido na fonte			3.187	3.489
PIS			438	453
COFINS	-	-	3.151	3.186
Imposto sobre Valor Agregado - IVA			14.832	21.227
Outros	-	-	1	1
Total não circulante	-	-	21.609	28.356
Total	1.431	1.423	196.339	128.581

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ Diferido	-	-	44.020	16.708
CSLL Diferido	-	-	9.252	3.499
Total	-	-	53.272	20.207

14. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2022 e 31 dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativo circulante</u>	214.882	183.545	75	75
<u>Dividendos a receber</u>	214.882	183.545	75	75
Alupar Investimentos S.A	214.882	183.545	-	-
Transnorte Energia S.A	-	-	75	75
<u>Ativo não-circulante</u>	122.483	192.280	122.483	192.280
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	22	22	22	22
Licht Energia S.A	22	22	22	22
<u>Operações de mútuos</u>	122.461	192.258	122.461	192.258
Cime Administração e Participações S.A	122.461	192.258	122.461	192.258

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Passivo não-circulante</u>	18.104	18.708	18.104	18.708
<u>Operações de mútuos</u>	18.104	18.708	18.104	18.708
Ebac	5.042	5.646	5.042	5.646
Cavan Premoldado S.A.	5.549	5.549	5.549	5.549
614 TVC Interior S/A	7.513	7.513	7.513	7.513

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

15. Alienação de Investimentos

Neste quadro está contabilizado a valor passível de recebimento referente aos investimentos alienados. Em 11/03/2014 foi realizada a venda da participação da Alumini Engenharia S.A, antiga denominação da Alusa Engenharia para a empresa Quatro Participações S/A.

De acordo com o contrato de compra e venda em 28/03/2014 foram vendidas 41.241.450 ações ordinárias e 102.482.950 preferenciais, por R\$ 56.000 milhões e o exercício da opção de venda e compra realizada em 30/07/2014 por R\$ 32.220mil. Deste valor foram recebidos R\$ 31 milhões, restando o saldo de R\$ 57.220 mil. Em 16/04/2015, foi assinado um 1º aditivo contratual, e em 29/04/2019 o 2º Aditivo onde o foi concedido uma nova carência de 18 meses a com o pagamento em 36 parcelas. Um 3º aditivo foi assinado uma nova carência de 18 meses a partir de 29/10/2020.

16. Ativo contratual da concessão

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Movimentação do ativo de concessão		
Saldo inicial	17.604.123	14.600.710
Receita de operação e manutenção	566.620	431.639
Remuneração do ativo de concessão	2.737.546	3.541.001
Receita de infraestrutura	250.481	1.032.923
Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica	60.344	60.311
Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica	(222.114)	(11.436)
Realização do ativo contratual de concessão	(2.639.190)	(2.051.025)
Saldo final	18.357.810	17.604.123
Circulante	1.909.364	1.701.139
Não circulante	16.448.446	15.902.984
Saldo final	18.357.810	17.604.123

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os montantes de Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$60.344 e Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$222.114, registrados respectivamente nas rubricas de "Outras receitas" e "Outras despesas" no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R\$55.828 de ganho e R\$201.724 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas ETB, ETAP, ETC, TCC, TPE, ETES, ETSE, ESTE e EDTE, com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.050 de 21 de junho de 2022.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empresas coligadas e controladas	3.543.290	3.336.121	22	22
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	169.046	143.189
Participação em outras empresas	51	51	51	51
Propriedades para investimentos	-	-	7.016	7.731
Total	3.543.341	3.336.172	176.135	150.993

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados por:

	Alupar Investimento S/A	Outros Investimentos	Total
Total de ações/quotas do capital social	879.111.269	-	-
Total de ações/quotas da controladora % de participação	447.671.551 50,92%	-	-
Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022	6.958.063		
Outras movimentações patrimoniais: Lucro líquido do exercício	918.466		
	918.466		
Movimentação dos investimentos na controladora: Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.336.099	22	3.336.121
Dividendos	(214.882)	-	(214.882)
Resultado de equivalência patrimonial	467.712	-	467.712
Ganho/Perda na conversão de balanço	(12.920)	-	(12.920)
Agio/Deságio em participações	(32.741)	-	(32.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.543.268	22	3.543.290

18. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado são a seguinte

Imobilizado de serviços	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços		Saldo em 31/12/2022
						Outros		
Custo								
Terrenos		2.674	-	-	-	-	-	2.674
Edificações	5%	1.965	-	-	-	-	-	1.965
Veículos	5%-25%	895	-	-	-	-	-	895
Total custo		5.534						5.534
Depreciação								
Edificações	5%	(1.957)	(8)	-	-	-	-	(1.965)
Veículos	5%-25%	(895)	-	-	-	-	-	(895)
Total Depreciação		(2.852)	(8)					(2.860)
Total		2.682	(8)					2.674
Imobilizado de Geração e Transmissão								
Em serviço								
Custo								
Terrenos		88.867	1.330	(357)	159	(947)	-	89.052
Reservatórios, Barragens e Adutoras		1.599.538	397	-	-	-	-	1.599.935
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		1.265.556	88	(284)	-	(22.633)	-	1.232.727
Máquinas e Equipamentos		2.129.936	4.366	-	829	(9.401)	84	2.125.814
Veículos		2.218	663	(287)	-	(303)	-	2.291
Móveis e Utensílios		9.549	600	(4)	(509)	289	-	9.925
Direito de uso sobre arrendamentos		56.250	3.266	-	-	(232)	1.555	60.839
Total custo		5.141.914	10.710	(932)	479	(33.227)	1.639	5.120.583
Depreciação								
Terrenos		-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,04%	(279.374)	(34.211)	-	-	0	-	(313.585)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,19%	(105.457)	(27.150)	-	-	1.553	(91)	(131.145)
Máquinas e Equipamentos	3,10%	(438.240)	(70.707)	(185)	(185)	2.407	(10)	(506.920)
Veículos	11,74%	(1.511)	(131)	3	-	39	2	(1.598)
Móveis e Utensílios	11,07%	(4.964)	(737)	185	185	(9)	(1)	(5.341)
Direito de uso sobre arrendamentos		(17.038)	(6.746)	-	-	77	147	(23.560)
Total Depreciação		(846.584)	(139.682)	3	-	4.067	47	(982.149)
Total do Imobilizado de Geração e Transmissão em serviço		4.295.330	(128.972)	(929)	479	(29.160)	1.686	4.138.434
Em curso		414.908	873.988	(1.183)	(1.010)	(100.315)	(406)	1.185.982
Total da movimentação de geração e transmissão		4.710.238	745.016	(2.112)	(531)	(129.475)	1.280	5.324.416
Total do imobilizado consolidado		4.712.920	745.008	(2.112)	(531)	(129.475)	1.280	5.327.090

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Imobilizado em curso

a) Imobilizado em curso

O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de usinas eólicas e hidrelétricas e linhas de transmissão, principalmente das controladas TCE (R\$536.379), EAPs (R\$425.272), UFV Pitombeira (R\$178.867), Foz (R\$7.900), EDVs (R\$11.791), Água Limpa (R\$12.283), Ijuí (R\$4.270) e Ferreira Gomes (R\$3.154).

b) Capitalização de encargos

As controladas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$36.636 (15.492 em 31 de dezembro de 2021). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional.

c) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo.

19. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível consolidado é a seguinte:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências para Investimentos	Ganho e perda na conversão de balanço	31/12/2022
Custos						
Outros intangíveis de concessão	88.025	11.927	(144)	791	(14.289)	86.310
Uso do bem público	17.485	-	-	(260)	-	17.225
Ágio na aquisição de ações	88.072	-	-	-	-	88.072
Direito de extensão da outorga	83.544	-	-	-	-	83.544
Outros intangíveis	272	-	-	-	-	272
	277.398	11.927	(144)	531	(14.289)	275.423
Amortizações						
Outros intangíveis de concessão	(12.465)	(511)	144	-	187	(12.645)
Uso do bem público	(5.400)	(467)	-	-	(1)	(5.868)
Intangível gerado na aquisição de ações	(21.948)	(4.935)	-	-	-	(26.883)
Direito de extensão da outorga	(1.167)	(3.987)	-	-	-	(5.154)
	(40.980)	(9.900)	144	-	186	(50.550)
Projeto em desenvolvimento	45.302	5.333	(5.659)	-	-	44.976
Total	281.720	7.360	(5.659)	531	(14.103)	269.849

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- a) Outros intangíveis de concessão
Refere-se basicamente a valores de servidão de passagem e software registrados ao custo de aquisição e amortizados pelo prazo de concessão ou vida útil, respectivamente, dos dois o menor.
- b) Intangível de direito de exploração decorrente de concessão/autorização.
Os direitos de exploração de concessão/autorização gerados na aquisição do controle das subsidiárias estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
La Virgem S.A.C. (****)	28.400	28.400
Energia dos Ventos I S.A. (**)	6.164	6.164
Energia dos Ventos II S.A. (**)	3.006	3.006
Energia dos Ventos III S.A. (**)	1.847	1.847
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	2.714	2.714
Energia dos Ventos X S.A. (**)	3.933	3.933
Sistema de Transmissão Catarinense - STC (*)	2.420	2.420
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica(*)	8.942	8.942
Companhia Transleste de Transmissão (*)	9.766	9.766
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	3.814	3.814
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	2.767	2.767
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	4.391	4.391
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (***)	1.752	1.752
Outros	246	246
	88.072	88.072
Amortização de Agio	(26.883)	(19.849)
	61.189	68.223

(*) Agio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transudeste e Transirapé por parte da Controlada EATE

(**) Agio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X

(***) Agio gerado na aquisição de ações por parte da Controlada ENTE

(****) A controlada La Virgem possui prazo de concessão por tempo indeterminado, logo o direito de exploração gerado na aquisição de controle possui vida útil indefinida

- c) Direito de extensão das outorgas
Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí em novembro de 2021, em decorrência da repactuação do risco hidrológico assumido por essas geradoras, durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas
- d) Projeto em desenvolvimento
Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE 's. Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

e) Análise de recuperação do intangível (impairment)

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

f) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

20. Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2022			31/12/2021	
					Índice	Juros (%)		Encargos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda Nacional - Reais	Guarupart	Jun/21	Jun/24	90.000	CDI	2,20%	ANUAL	-	16.893	85.000	101.893	93.948
Nota Promissória								-	16.893	85.000	101.893	93.948
Total Controladora								-	16.893	85.000	101.893	93.948
Operacionais												
BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	-	40	11.344	11.384	14.457
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	-	2	369	371	707
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	(1.989)	483	135.512	134.006	151.152
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	-	191	53.635	53.806	59.825
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	-	22	6.051	6.073	6.750
BNDES - D - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	181.850	TJLP	2,50	Mensal	-	-	-	-	5.508
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	2,30	Mensal	-	-	-	-	1.786
BNDES - nº 08.2.0071.1	IJUI	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	-	5	1.702	1.707	85.613
BNDES - nº 08.2.0975.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	-	277	70.991	71.268	31.899
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	abr/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	-	76	22.425	22.501	31.899
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queiluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	-	11	3.045	3.056	4.333
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queiluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	-	69	20.333	20.402	29.965
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	(52)	155	47.308	47.411	50.096
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	IPCA	1,68 + 1,99	Mensal	-	26	14.657	14.683	15.237
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	(33)	88	26.704	26.759	28.273
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	out/19	out/32	4.850	IPCA	1,68 + 1,99	Mensal	-	14	8.367	8.381	8.699
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	(38)	134	40.819	40.915	43.232
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	IPCA	1,68 + 1,99	Mensal	-	18	10.363	10.381	10.774
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	(45)	205	62.625	62.785	66.343
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	IPCA	1,68 + 1,99	Mensal	-	20	11.472	11.492	11.925
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV V	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	(43)	112	34.227	34.296	36.238
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	IPCA	1,68 + 1,99	Mensal	-	23	12.854	12.877	13.363
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirape	dez/13	jan/24	19.761	TJLP	3,50	Mensal	-	4	2.581	2.585	4.971
BDMG (FINAME) - nº 193.292	Transirape	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	-	147	2.876	3.023	3.439
BDMG - nº 215.411/16	Transirape	abr/16	abr/26	4.000	-	6,00	Mensal	-	122	1.807	1.929	2.488
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	-	28	5.332	5.360	7.835
BRB - nº 06.974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	-	125	1.650	1.650	2.384
Santander - CCC	TME	mai/20	mai/20	200.000	CDI	3,30	Unico no final	-	-	-	-	222.456
Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	CDI	2,90	Mensal	(302)	1.148	91.835	92.681	92.211
Santander - CCB	ECIE	jul/20	jul/25	80.000	CDI	2,90	Mensal	(302)	846	67.682	68.206	77.927
Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	CDI	2,90	Mensal	(335)	1.276	102.039	102.980	102.457
Itau Unibanco S.A.	ETES	set/20	set/23	10.000	CDI	2,68	Semestral	-	418	10.000	10.418	10.842
Itau Corpbanca Colombia	Risaralda	mai/18	mai/25	(COP) 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	(714,00)	1.289,00	96,37	96,37	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	out/20	out/23	(COP) 121.000	IBR(**)	4,37	Mensal	-	-	45	45	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing Pré - Operacionais	Risaralda	jun/20	jun/20	(COP) 163.657	IBR(**)	24,05	Mensal	-	-	92	92	-
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colombia	abr/22	out/23	(COP) 15.000.000	IBR(**)	3,45	Mensal	-	13,00	16.170	16.183	-
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colombia	jul/22	out/23	(COP) 4.215.000	IBR(**)	4,55	Mensal	-	18,00	4.544	4.562	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 134.700	IBR(**)	5,07	Mensal	-	-	106	106	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 89.980	IBR(**)	5,07	Mensal	-	-	70	70	-
Subtotal								(3.853)	7.421	1.002.332	1.005.900	1.209.746
Total Empréstimos Nacionais								(3.853)	24.314	1.087.332	1.107.793	1.303.694
Circulante								(1.211)	8.415	199.227	205.131	340.883
Não circulante								(2.642)	15.899	889.405	902.662	962.811
Moeda estrangeira								-	-	-	-	-
Operacionais												
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	mai/18	mai/25	COP 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	-	-	-	-	136.985
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	jun/20	jun/20	COP 163.657	IBR(**)	24,05	Mensal	-	-	-	-	181
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	out/20	out/23	COP 121.000	IBR(**)	4,37	Mensal	-	-	-	-	121
Itau Corpbanca New York Branch	Alupar Peru	set/17	nov/23	USD 18.000	-	4,15	Trimestral	-	-	95.111	95.111	101.196
Itau Corpbanca New York Branch	Alupar Peru	nov/19	jan/20	USD 2.766	-	4,80	Anual	-	-	-	-	-
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	dez/18	dez/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	183.769	183.769	196.579
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	mar/19	mar/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	-	-	-
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 55.000	Libor (*)	5,7%: Fixo; até 5 anos 5%/apos 10,27%	Semestral	-	-	-	-	245.641
Banco Deutsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 5.000	Libor (*)	até 5 anos 3,70, apos 4,50	Semestral	-	-	-	-	150.024
BTG Chile	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 55.000	SOFR 3M	3,45	Trimestral	-	-	285.070	285.070	0
BTG Caiman	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 35.000	SOFR 3M	3,45	Trimestral	-	-	181.408	181.408	-
Pré - Operacionais												
Santander Luxemburgo	Alupar Colombia	nov/20	nov/23	(USD) 11.000	-	3,40	Anual	-	237	57.039	57.276	60.404
Santander Luxemburgo	Alupar Colombia	jan/21	nov/23	(USD) 7.000	-	3,40	Anual	-	1.183	36.298	37.481	39.539
Santander Luxemburgo	TCE	abr/21	ago/22	USD 45.000	-	2,45	Unico no final/Mensal	-	-	-	-	247.177
MJFG BANK	TCE	jul/22	jul/27	(USD) 63.980	SOFR 6M	até 1 ano 2,40, apos 2,65	Gradual/Semestral	(48.180)	9.917	464.197	425.934	-
MJFG BANK (SWAP) (b)	TCE	jul/22	jan/36	ional (USD) 61.947	-	3,30	Semestral	-	156	105.897	106.053	-
Banco Citibank	EAP I	jun/22	dez/23	(USD) 20.293	-	1,93	Unico no final/Semestral	-	-	-	-	-
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP I	jun/22	dez/23	Nacional 104.308	CDI	0,98	Unico no final	-	-	(1.345)	(1.345)	-
Banco Citibank	EAP II	jun/22	dez/23	(USD) 27.707	-	1,93	Unico no final/Semestral	-	213	144.585	144.798	-
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP II	jun/22	dez/23	Nacional 142.412	CDI	0,98	Unico no final	-	-	(1.837)	(1.837)	-
Total de Empréstimos em Moeda Estrangeira								(48.180)	11.706	1.550.192	1.513.718	1.177.847
Circulante								-	2.735	11.706	439.840	454.281
Não circulante								(50.915)	-	1.110.352	1.059.437	879.097
Total de Empréstimos e financiamentos								(52.033)	36.020	2.637.524	2.621.511	2.481.541
Circulante								1.524	20.321	637.767	659.414	639.633
Não circulante								(53.557)	15.899	1.999.757	1.962.099	1.841.908

(*) Taxa Libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino.

(**) Indicador Bancario de Referencia (IBR). A taxa do IBR é mensal

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2022 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$138.094 (R\$121.666 em 31 de dezembro de 2021).

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Controladora		Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	93.948	81.240	1.209.746	1.468.807	1.177.847	1.050.643	2.481.541	2.600.690
Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	-	-	259.193	-	1.151.115	473.535	1.410.308	563.535
Provisão de encargos	13.486	90.000	119.973	95.945	91.878	57.329	225.337	158.819
Variação monetária e cambial	-	5.545	7.776	6.028	37.465	92.546	45.241	98.574
Ganho e perda na conversão	-	-	(25.414)	-	(126.849)	(61.530)	(152.263)	(61.530)
Amortização do principal	(5.000)	-	(561.455)	(284.024)	(606.882)	(201.198)	(1.173.337)	(565.222)
Amortização do encargos	(541)	(80.000)	(141.026)	(77.010)	(73.749)	(233.478)	(215.316)	(313.325)
		(2.837)	137.107		(137.107)			
Saldo final	101.893	93.948	1.005.900	1.209.746	1.513.718	1.177.847	2.621.511	2.481.541

A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador no longo prazo, é como segue:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2022						
	Consolidado R\$						
	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Moeda							
Dólar norte-americano	293.970	64.613	68.070	437.192	40.142	206.363	1.110.350
Pesos colombianos	15.640	67.397	-	-	-	-	83.037
Real brasileiro	295.082	169.139	65.241	61.502	52.457	178.996	822.417
(-) Custos a amortizar	(24.498)	(11.341)	(11.140)	(5.938)	(240)	(548)	(53.705)
	580.194	289.808	122.171	492.756	92.359	384.811	1.962.099
Indexador							
CDI	203.675	97.493	-	-	-	-	301.168
TJLP	81.630	64.616	59.143	55.584	46.187	156.742	463.902
Taxa fixa (Real)	3.859	1.112	180	-	352	-	5.503
IPCA	5.918	5.918	5.918	5.918	5.918	22.254	51.844
Taxa fixa (USD)	183.300	-	-	-	-	-	183.300
IBR	15.640	67.397	-	-	-	-	83.037
Libor/SOFR	110.670	64.613	68.070	437.192	40.142	206.363	927.050
(-) Custos a amortizar	(24.498)	(11.341)	(11.140)	(5.938)	(240)	(548)	(53.705)
	580.194	289.808	122.171	492.756	92.359	384.811	1.962.099

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

- Notas Promissórias - Controladora

Em 17 de Junho de 2021, em reunião de quotistas registrada na Jucesp, foi aprovada a 4ª emissão de Notas Promissórias pela Companhia, as informações resumidas da distribuição da emissão das Notas Promissórias foram publicadas no diário Oficial de 22/06/2021. A nota promissória da 1ª série teve seu vencimento em Junho/2022 e foi pago em seu vencimento.

Apresentamos a seguir as informações resumidas das principais características da emissão das Notas Promissórias:

▪	Número da Emissão	4ª Quarta
▪	Valor total de emissão:	R\$ 90.000.000,00
▪	Características das Notas Promissórias	Emissão de 90(noventa) Notas Promissórias, sendo 5(cinco) da 1ª série, 5(cinco) da 2ª séries e 80 da 3ª série)
▪	Valor nominal unitário:	R\$ 5.000.000,00
▪	Data de emissão:	22/06/2021
▪	Destinação dos recursos:	Os recursos líquidos oriundos da captação será destinado ao pagamento de notas promissórias comerciais da 3ª Emissão e reforço de caixa da Emissora.
▪	Condições de remuneração:	100% CDI , acrescida de 2,20% (dois inteiro e vinte centessimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").
▪	Prazo de vencimento:	As notas promissórias da 1ª série terá seu vencimento em 22 de Junho de 2022 , a da 2ª série em 22 de Junho de 2023 e as notas promissórias da 3ª série terá o vencimento em 22 de Junho de 2024 .
▪	Garantia:	(i) alienação fiduciária de 24.154.589 (vinte e quatro milhões, cento e cinquenta e quatr.o mil e quinhentos e oitenta e nove) ações ordinárias de emissão da Alupar Investimento S.A. de titularidade da Emissora ("Ações Ordinárias Alienadas"), sendo que o valor das Ações Ordinárias Alienadas deverá ser, nos termos do Contrato de Garantia, equivalente a, no mínimo, a 200% (duzentos por cento) do valor Nominal das Notas Promissórias acrescidas da Remuneração até a respectiva Data de Vencimento. e (ii) cessão fiduciária (a) de 100% (cem por cento) do fluxo de dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Emissora, decorrentes da totalidade de sua participação na Alupar, que venham a ser declarados, pagos ou distribuídos a partir da data de assinatura do Contrato de Garantia, centralizados em uma conta vinculada aberta especificamente para esse fim.

21. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostos da seguinte forma:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Financiadores	Empresas	Consolidado								Consolidado				
		Condições contratadas das debêntures								31/12/2022				31/12/2021
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos						
Operacionais														
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	CDI	1,40	Único no final	Semestral	(937)	19.263	648.500	666.826	659.536	
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	(3.133)	243	75.642	72.752	73.302	
5ª Emissão - II	EATE	set/17	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	
6ª Emissão	EATE	set/16	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	11.456	
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(7)	21	9.272	9.286	27.805	
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(263)	17.604	270.000	287.341	278.014	
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	23.290	
5ª Emissão	ECTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(86)	3.260	50.000	53.174	51.427	
4ª Emissão	ENTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(89)	3.260	50.000	53.171	51.420	
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(4)	13	5.511	5.520	16.523	
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	(6.594)	891	298.217	292.514	301.050	
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	7.300	
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	10.805	
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	9.188	
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(9)	25	11.004	11.020	32.984	
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(24)	9	4.001	3.986	11.947	
2ª Emissão - I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral	(175)	1.751	41.300	42.876	41.843	
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Annual	Semestral	(1.328)	3.897	144.848	147.417	138.825	
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(21)	9	3.801	3.789	11.357	
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	(1.215)	4.828	178.873	182.486	172.007	
2ª Emissão - I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral	(129)	1.319	30.700	31.890	31.116	
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Annual	Semestral	(978)	2.898	107.721	109.641	103.254	
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral	(6.378)	84.519	315.000	393.141	370.124	
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	(14.720)	207.648	715.000	907.928	855.073	
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	CDI	2,70	Semestral	Semestral	(859)	5.100	106.860	111.101	119.450	
9ª Emissão	EATE	abr/21	abr/26	200.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(411)	6.872	200.000	206.461	203.845	
5ª Emissão	ECTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	(150)	1.718	50.000	51.568	50.897	
4ª Emissão	ETEP	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	(150)	1.718	50.000	51.568	50.898	
3ª Emissão	Transirapé	abr/21	abr/26	50.000	CDI	2,65	Semestral	Semestral	(145)	1.718	50.000	51.573	50.905	
2ª Emissão	EBTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(150)	1.718	50.000	51.568	50.900	
1ª Emissão	Foz	out/21	set/28	600.000	CDI	1,70	Único no final	Semestral	(453)	25.705	600.000	625.252	611.982	
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(14.244)	198.588	680.000	864.344	814.017	
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(22.363)	312.485	1.070.000	1.360.122	1.280.940	
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(29.893)	42.085	664.608	676.800	636.903	
1ª Emissão	EATE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(22.473)	2.296	563.371	543.194	499.580	
10ª Emissão	EATE	mai/22	mai/27	110.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(558)	2.445	110.000	111.887	-	
3ª Emissão	EBTE	mai/22	mai/27	45.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(281)	1.000	45.000	45.719	-	
5ª Emissão	ETEP	mai/22	mai/27	35.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(238)	777	35.000	35.539	-	
7ª Emissão	ECTE	mai/22	mai/27	60.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(345)	1.334	60.000	60.989	-	
5ª Emissão	ENTE	mai/22	mai/27	30.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(217)	667	30.000	30.450	-	
1ª Emissão	TME	44698	46524	240000	CDI	1,7	Único no final	Semestral	(718)	4314	240000	243.596	-	
Pré - Operacionais														
1ª Emissão	Pitombeira	set/22	set/24	200.000	CDI	1,28	Único no final	Único no final	(461)	-	207.506	207.045	-	
1ª Emissão	ELTE	out/22	out/25	500.000	CDI	1,35	Único no final	Semestral	(1.557)	14.511	500.000	512.954	-	
TOTAL									(131.756)	976.509	8.271.735	9.116.488	7.660.163	
Circulante									(18.535)	220.383	295.763	497.611	316.779	
Não circulante									(113.221)	756.126	7.975.972	8.618.877	7.343.384	

A Administração da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures.

Para as debêntures emitidas pelas Controladas, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices:

- Consolidado - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Líquida e Dívida Bruta / (Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores).

Para as debêntures emitidas pelas controladas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debentures.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas.

As debêntures das suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures:	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	7.660.163	6.456.006
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	1.216.874	998.359
Provisão de encargos	926.553	835.354
Variação monetária	96.114	94.553
Amortização do principal	(182.886)	(410.032)
Amortização do encargos	(600.330)	(314.077)
Saldo final	9.116.488	7.660.163

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	Parcelas vencíveis por moeda e indexador						
	Consolidado R\$						
	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
CDI	989.175	1.038.550	559.485	530.000	300.000	-	3.417.210
IPCA	477.007	755.449	457.450	475.201	1.643.945	1.505.835	5.314.887
(-) Custos a amortizar	(17.772)	(17.026)	(15.206)	(12.650)	(12.223)	(38.343)	(113.220)
	1.448.410	1.776.973	1.001.729	992.551	1.931.722	1.467.492	8.618.877

22. Tributos e contribuições sociais corrente e diferido

a) Tributos e contribuições sociais correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>				
IRRF	946	965	1.137	1.774
Provisão para Imposto de Renda	-	-	49.389	24.826
Provisão para Contrib. Social	-	-	50.806	40.727
PIS	18	17	13.219	7.615
COFINS	105	119	58.875	33.378
ICMS	-	-	4.549	3.527
INSS	2	2	1.135	2.071
ISS	1	1	6.749	2.397
Pis e Cofins diferidos	-	-	140.722	113.468
Outros	2.759	1.308	15.420	2.049
	3.831	2.412	342.001	231.832

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

b) Tributos e Contribuições sociais diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Não circulante</u>				
Cofins e Pis diferido	-	-	1.280.762	1.234.120
Imposto de renda diferido	14	29	1.873.340	1.811.585
Contribuição social diferido	5	10	827.207	760.434
	<u>19</u>	<u>39</u>	<u>3.981.309</u>	<u>3.806.139</u>

O diferimento do Pis Cofins é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil

23. Provisões de constituição de ativos

As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas efetuaram a revisão das perspectivas de realização dessas provisões e efetuaram a reclassificação de circulante para não circulante no montante de R\$78.754.

A composição das provisões de constituição dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Controladas</u>		
Verde 8 Energia S.A.	6.790	8.659
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	10.736	10.736
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	3.675	3.674
Ijuí Energia S.A.	-	4.169
Windepar	2.558	2.558
Ferreira Gomes Energia S.A	2.729	2.730
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S..	4.065	4.119
ETES	711	794
TPE	26.226	39.168
TCC	26.432	48.020
ETB	33.640	37.327
TSM	41.587	162.895
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	16.740	16.747
	<u>175.889</u>	<u>341.596</u>
Circulante	83.170	324.502
Não circulante	92.719	17.094
	<u>175.889</u>	<u>341.596</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

24. Provisão para gastos ambientais:

As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e também realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Controladas</u>		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	6.467	7.468
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	465	1.111
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. Verde 8	56	50
Ijuí Energia S.A.	9.306	9.320
Windepar	683	683
EBTE	305	305
Ferreira Gomes Energia S.A	8.581	11.521
TME	48	55
	88	78
	<u>25.999</u>	<u>30.591</u>
Circulante	8.697	7.475
Não circulante	17.302	23.116
	<u>25.999</u>	<u>30.591</u>

25. Encargos regulatórios

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	5.407	4.861
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	18.477	11.104
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	991	1.177
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	26.628	35.320
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	1.521	1.424
Ministério de minas e energia - MME	743	710
RGR e TFSEE diferido	197.776	195.520
Total	<u>251.543</u>	<u>250.116</u>
Circulante	58.319	58.156
Não circulante	193.224	191.960
	<u>251.543</u>	<u>250.116</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

26. Provisões para contingências

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos judiciais				
Tributário	-	-	1.790	1.706
Cível	-	-	5.108	1.180
Trabalhista	<u>6.531</u>	<u>6.531</u>	<u>10.055</u>	<u>9.797</u>
Total	<u>6.531</u>	<u>6.531</u>	<u>16.953</u>	<u>12.683</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	<u>6.531</u>	<u>6.531</u>	<u>16.963</u>	<u>12.683</u>
	<u>6.531</u>	<u>6.531</u>	<u>16.963</u>	<u>12.683</u>

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 10.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R\$ 5.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Contingências passivas – risco de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Em 31 de dezembro de 2022, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos judiciais								
Tributário	1	202	1	202	50	46.305	56	45.639
Cível e Ambiental	0	-	0	-	56	304.800	59	345.561
Trabalhista	16	10.846	16	10.846	97	19.659	79	18.903
Regulatório	0	-	0	-	6	2	11	2
	17	11.048	17	11.048	209	370.766	205	410.105

27. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2022 o capital social é de R\$ 476.725.512,00 totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.725.512 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, setecentas e vinte e cinco mil, quinhentas e doze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

A composição societária da Companhia em 31 de dezembro é a seguinte:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de Quotas</u>	<u>% participação</u>
Cime Administração e Participações S.A	476.725.511	100,00%
Outros Pessoa Física	1	0,00%
Total	476.725.512	100,00%

Reserva de lucros

- Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos;
- Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.
- Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, registrados por reflexo.

- Remuneração aos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

28. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Receita Operacional Bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	566.620	431.639
Suprimento de energia	695.358	797.636
Remuneração do ativo financeiro da concessão	2.737.546	3.541.001
Receita de infra-estrutura	250.481	1.032.923
Total - Receita operacional bruta	4.250.005	5.803.199
<u>* Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Imposto sobre Serviços - IS	(6.701)	(434)
Pis	(42.931)	(41.003)
Cofins	(196.458)	(160.533)
Pis e Cofins Diferidos	(91.400)	(281.401)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	(600)
	(337.490)	(483.971)
<u>* Encargos regulatórios</u>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(36.194)	(31.934)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(10.558)	(8.747)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(10.558)	(8.747)
Ministério de minas e energia - MME	(5.296)	(4.374)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(12.010)	(9.816)
TFSSE e RGR Diferido	(4.191)	(21.402)
	(78.807)	(85.020)
Total - Deduções da receita operacional bruta	(416.297)	(568.991)
Receita operacional líquida	3.833.708	5.234.208

29. Custos e despesas

•Controladora

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas
Pessoal	-	-	-	-
Material	-	-	-	-
Serviços de terceiros	575	-	4.473	-
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	-	-	-
Comp. Financ. pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	5.528
Aluguéis	-	-	-	-
Seguros	-	-	-	-
Doações e contribuições	75	-	72	-
Tributos e taxas	655	-	298	-
Indenizações a terceiros	1.199	-	337	-
Outros	1.258	-	953	-
Alienação de participação societária	-	-	-	28.604
Perda na revisão tarifária	-	-	-	-
Total	3.762	-	6.133	34.132

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

• Consolidado

	Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Custo do serviço		Custo do serviço		Custo do serviço		Custo do serviço	
Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e Administrativas	Outras	Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e Administrativas	Outras	
Pessoal	98.068	9.433	55.453	-	84.852	23.019	40.038	-
Material	18.161	102.823	1.750	-	20.305	23.684	1.695	-
Serviços de terceiros	91.652	71.982	43.302	-	68.815	695.746	54.147	-
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	40.543	-	-	-	34.599	-	-
Comp. Financ. pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	9.577	-	-	-	9.139	-	-
Provisões	907	2.316	133	-	(922)	1.989	(3.357)	5.528
Aluguéis	9.460	279	2.105	-	6.967	1.149	773	-
Seguros	22.090	1.060	1.493	-	20.036	695	440	-
Doações e contribuições	1.040	-	4.906	-	875	-	4.726	-
Tributos e taxas	8.676	12.148	5.555	-	2.907	184.893	1.942	-
Indenizações a terceiros	-	-	1.199	-	805	-	2.149	-
Outros	5.116	3.101	1.753	838	(62.753)	2.165	953	1.800
Alienação de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	28.604
Perda na revisão tarifária	-	-	-	201.724	-	-	-	10.035
Total	255.170	253.262	117.649	202.562	141.887	977.078	103.506	45.967

O valor de "Outros" em Custo de infraestrutura refere-se a basicamente custo de dívida considerado como custo de infraestrutura, gastos com faixas de servidão e outros gastos.

30. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras				
- Receitas de aplicações financeiras	-	-	225.525	70.956
- Atualização monetária	-	-	12.434	28.803
- Juros sobre contratos de mutuos	13.263	6.199	13.263	6.199
- Instrumentos financeiros derivativos (MTM)	-	-	9.691	-
- Outras	1	-	6.251	8.064
Total	13.264	6.199	267.164	114.022
Despesas Financeiras				
- Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	13.486	5.545	173.256	382.989
- Encargos s/debentures	-	-	1.022.667	523.901
- Ganho (perda) na variação cambial	-	-	7.541	96.231
- Perda com instrumentos financeiros	-	-	4.306	-
- Juros sobre arrendamentos	-	-	7.693	11.298
- Outras	104	748	18.153	15.242
Total	13.590	6.293	1.233.616	1.029.661

31. Instrumentos Financeiros e gestão de riscos

31.1. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, bem como utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado					
	31/12/2022		31/12/2021		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e bancos	180.548	180.548	35.228	35.228	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	669.963	669.963	341.920	341.920	VJR	2
Investimentos de curto prazo	1.836.607	1.836.607	1.553.503	1.553.503	VJR	2
Títulos e valores mobiliários	193.310	193.310	178.968	178.968	VJR	2
Contas a receber de clientes	501.201	501.201	416.231	416.231	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.088	-	-	-	VJORA	2
	<u>3.388.717</u>	<u>3.381.629</u>	<u>2.525.850</u>	<u>2.525.850</u>		
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	241.071	241.071	200.313	200.313	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	2.621.511	2.621.511	2.481.541	2.481.541	Custo amortizado	-
Debêntures	9.116.488	9.116.488	7.660.163	7.660.163	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	44.794	44.794	48.413	48.413	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	8.860	8.860	-	-	VJORA	2
	<u>12.032.724</u>	<u>12.032.724</u>	<u>10.390.430</u>	<u>10.390.430</u>		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
 - i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- Debêntures: O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures, de suas controladas e da controlada em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

31.2. Gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco da Companhia busca identificar e analisar os riscos aos quais está exposta afim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu os Comitês de Finanças, de Auditoria e de Partes Relacionadas. A Companhia busca proteção para os riscos: (a) de crédito; (b) de liquidez; e (c) de mercado.

a) Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(i) Contas a receber de clientes

Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa, Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em Instituições Financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimento de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 11.737.999, sendo que 9,85% desse valor (ou R\$ 1.157.023) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas.

Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações.

Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$2.879.124 no Consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Logo o caixa e as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A estrutura de capital decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 37,57% de recursos próprios em contrapartida a 62,43% de capital de terceiros (38,88% de recursos próprios e 61,12% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	101.893	93.948	2.621.511	2.481.541
Circulante	5.994	5.219	659.412	639.633
Não circulante	95.899	88.729	1.962.099	1.841.908
Debêntures	-	-	9.116.488	7.660.163
Circulante	-	-	497.611	316.779
Não circulante	-	-	8.618.877	7.343.384
Dívida bruta	101.893	93.948	11.737.999	10.141.704
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(30)	(29)	(850.511)	(377.148)
(-) Investimentos de curto prazo	-	-	(1.836.607)	(1.553.503)
(-) Títulos e valores mobiliários	(55.216)	(57.302)	(192.006)	(177.997)
Dívida líquida	46.647	36.617	8.858.875	8.033.056
Patrimônio líquido	3.763.442	3.461.354	10.591.793	10.126.978
Índice de endividamento líquido	0,01	0,01	0,84	0,79

Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 100,82% em 31 de dezembro de 2022 (110,15% em 31 de dezembro de 2021).

c) Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sujeitos a taxas de juros variáveis.

(ii) Risco cambial

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se ao fato das controladas da Companhia possuírem transações com instituições financeiras, clientes e fornecedores em moeda diferente da sua respectiva moeda funcional, denominadas moedas estrangeiras. A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro e de suas controladas é o Novo sol peruano, Peso colombiano, Peso chileno e o Real brasileiro. As controladas da Companhia possuem majoritariamente exposição à dólares americanos, relacionados a transações de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a pagar com fornecedores e contas a receber de clientes. Se a moeda funcional se desvalorizar frente ao Dólar americano, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados.

(iii) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoelétrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

(iv) Risco de Descontratação:

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

(v) Risco de regulação

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

2.1. Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de hedge

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia e suas controladas a partir do 2º trimestre de 2022, passaram a contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. Os principais instrumentos utilizados são SWAP e Non-Deliverable Forward (NDF).

Instrumentos de proteção de dívida em Dólares - Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAPs. Nesses instrumentos as controladas EAP I e EAP II trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos atualmente no "Ativo imobilizado", pois atendem os critérios de capitalização, e serão reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro" a medida que as controladas entrarem em operação.

Instrumentos de proteção de contratos de importação de equipamentos - instrumentos financeiros derivativos contratados ao longo do exercício de 2022 com o objetivo de fixar em real brasileiro o valor de dólares americanos na data de vencimento/liquidação do pagamento dos contratos de importação de equipamentos, reduzindo então a exposição cambial à dólares da Companhia e sua controlada Pitombeira. A proteção é realizada por meio de operações com NDFs. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do período na rubrica de "Resultado Financeiro".

A controlada indireta TCE, localizada na Colombia, possui sua receita definida em dólares americanos cuja conversão para peso colombiano ocorre no momento do faturamento e possui financiamento em dólares americanos cujos as liberações dos créditos são indexados a taxa flutuante de SOFR de 6 meses. Com o objetivo de proteção econômica e financeira em pesos colombianos, a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos e o designa como hedge de fluxo de caixa.

Instrumentos de proteção para receita - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada do faturamento em dólares americanos.

Instrumentos de proteção de dívida em dólares - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo eles, o SWAP para converter a taxa flutuante (SOFR de 6 meses) do financiamento em taxa fixa e a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada dos desembolsos do crédito do financiamento em dólares americanos.

Ganhos ou perdas relacionados ao SWAP para proteção da dívida são reconhecidos atualmente no "Ativo imobilizado", pois atendem os critérios de capitalização, e serão reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro" quando a TCE entrar em operação, e os ganhos e perdas relacionados a proteção da receita são reconhecidos atualmente em Passivo contratual com clientes e serão reconhecidos no resultado quando a controlada atender os critérios para reconhecimento de receita. Os ganhos ou perdas das NDFs relacionadas a dívida em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro".

31.3. Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de hedge

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia e suas controladas a partir do 2º trimestre de 2022, passaram a contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. Os principais instrumentos utilizados são SWAP e Non-Deliverable Forward (NDF).

Instrumentos de proteção de dívida em Dólares - Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAPs. Nesses instrumentos as controladas EAP I e EAP II trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos atualmente no "Ativo imobilizado", pois atendem os critérios de capitalização, e serão reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro" a medida que as controladas entrarem em operação.

Instrumentos de proteção de contratos de importação de equipamentos - instrumentos financeiros derivativos contratados ao longo do exercício de 2022 com o objetivo de fixar em real brasileiro o valor de dólares americanos na data de vencimento/liquidação do pagamento dos contratos de importação de equipamentos, reduzindo então a exposição cambial à dólares da Companhia e sua controlada Pitombeira. A proteção é realizada por meio de operações com NDFs. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do período na rubrica de "Resultado Financeiro".

A controlada indireta TCE, localizada na Colombia, possui sua receita definida em dólares americanos cuja conversão para peso colombiano ocorre no momento do faturamento e possui financiamento em dólares americanos cujos as liberações dos créditos são indexados a taxa flutuante de SOFR de 6 meses. Com o objetivo de proteção econômica e financeira em pesos colombianos, a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos e o designa como hedge de fluxo de caixa.

Instrumentos de proteção para receita - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada do faturamento em dólares americanos.

Instrumentos de proteção de dívida em dólares - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo eles, o SWAP para converter a taxa flutuante (SOFR de 6 meses) do financiamento em taxa fixa e a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada dos desembolsos do crédito do financiamento em dólares americanos.

Ganhos ou perdas relacionados ao SWAP para proteção da dívida são reconhecidos atualmente no "Ativo imobilizado", pois atendem os critérios de capitalização, e serão reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro" quando a TCE entrar em operação, e os ganhos e perdas relacionados a proteção da receita são reconhecidos atualmente em Passivo contratual com clientes e serão reconhecidos no resultado quando a controlada atender os critérios para reconhecimento de receita. Os ganhos ou perdas das NDFs relacionadas a dívida em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro".

Todas as operações de derivativos da Companhia e suas controladas estão detalhadas no quadro a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting	Empresa	Nocional USD	Nocional R\$	Periodicidade da liquidação	Ano de Vencimento	Posição líquida		Efeito no resultado ou balanço no exercício findo de 31/12/2022	
						31/12/2022	31/12/2021	Valor justo	Ganho (perda) realizada
Contratos cambiais futuros (NDF) - USD (*)	Alupar	19.100	101.394	No vencimento	2022	-	-	-	5.385
Contratos cambiais futuros (NDF) - USD	TCE	18.558	94.646	No vencimento	2022-2023	7.088	-	(8.826)	(11.860)
Swaps taxa flutuante SOFR 6M vs. taxa fixa	TCE	61.947	314.529	Semestral	2023-2036	(8.860)	-	6.544	538
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP I	20.393	104.308	Único no final	2023	1.345	-	1.345	(5.392)
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP II	27.707	142.412	Único no final	2023	1.837	-	1.837	(7.361)
						<u>1.410</u>	<u>-</u>	<u>900</u>	<u>(18.690)</u>
Ativo não circulante						7.088	-	-	-
Passivo circulante						3.182	-	-	-
Passivo não circulante						(8.860)	-	-	-

32. Informações por Segmento

Os principais segmentos operacionais da Controlada Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e suas controladas e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

Demonstração de resultado segregado por segmento em 31/12/2022

	Transmissão	Geração	Holding	Outros	Total
Receita operacional bruta	3.554.647	695.358	-	-	4.250.005
Receita de transmissão de energia	566.620	-	-	-	566.620
Receita de infraestrutura	250.481	-	-	-	250.481
Remuneração do ativo financeiro da concessão	2.737.546	-	-	-	2.737.546
Suprimento de energia	-	695.358	-	-	695.358
Deduções da receita operacional bruta	(342.704)	(73.593)	-	-	(416.297)
Receita operacional líquida	3.211.943	621.765	-	-	3.833.708
Custo do serviço					
Energia comprada para revenda	-	(42.481)	-	-	(42.481)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(40.543)	-	-	(40.543)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(9.577)	-	-	(9.577)
Custo dos serviços prestados	(155.127)	(100.043)	-	-	(255.170)
Custo de infraestrutura	(203.142)	-	-	-	(203.142)
Depreciação / Amortização	(4.580)	(136.988)	-	(172)	(141.740)
	(362.849)	(329.632)	-	(172)	(692.653)
Lucro bruto	2.849.094	292.133	-	(172)	3.141.055
Despesas e receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(67.872)	(35.798)	(46.212)	-	(149.882)
Depreciação / Amortização	(2.547)	(1.000)	(4.303)	-	(7.850)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	5.966	-	5.966
Outras receitas	54.327	21.707	(555)	-	75.479
Outras despesas	(201.718)	(138)	(706)	-	(202.562)
	(217.810)	(15.229)	(45.810)	-	(278.849)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	2.631.284	276.904	(45.810)	(172)	2.862.206
Despesas e receitas financeiras					
Despesas financeiras	(892.856)	(197.347)	(143.060)	(353)	(1.233.616)
Encargos de dívidas	(818.448)	(247.766)	(127.767)	(334)	(1.194.315)
Variações cambiais	(14.245)	14.156	(7.557)	-	(7.646)
Outras	(60.163)	36.263	(7.736)	(19)	(31.655)
Receitas financeiras	76.254	76.941	112.206	1.763	267.164
Receitas de aplicações financeiras	69.742	71.469	96.134	1.444	238.789
Outras	6.512	5.472	16.072	319	28.375
	(816.602)	(120.406)	(30.854)	1.410	(966.452)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.814.682	156.498	(76.664)	1.238	1.895.754
IR e CSLL correntes	(90.034)	(41.528)	(8.942)	-	(140.504)
IR e CSLL diferidos	(124.039)	22.214	6.373	-	(95.452)
	(214.073)	(19.314)	(2.569)	-	(235.956)
Lucro líquido Consolidado	1.600.609	137.184	(79.233)	1.238	1.659.798
Participação de não controladores	(699.225)	(312)	(496.624)	-	(1.196.161)
Lucro líquido	901.384	136.872	(575.857)	1.238	463.637

33. Seguros

A Companhia e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

34. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, oferecem planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

35. Eventos relevantes

- Constituição da Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. – TECP
Em 05 de janeiro de 2023, a Alupar Investimento S.A. e a Mercury Investments Participações S.A., constituíram a Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. – TECP, com o objeto de explorar serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes do LOTE 6 (vide nota explicativa nº 1.2 (h)) do Leilão ANEEL 02/2022, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Alupar é a acionista controladora com participação societária de 99,94%, ficando a Mercury com a participação de 0,06% sobre o capital social da TECP.
- EAPs I e II recebem as Licenças de Operação
Em 12 e 27 de janeiro de 2023, as geradoras EAPs I e II, respectivamente, pertencentes ao Complexo Eólico do Agreste Potiguar, receberam do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), as Licenças de Operação dos Parques São João (formado por seis aerogeradores) e Santa Régia (formado por nove aerogeradores) totalizando nesta etapa 63 MW de potência que serão inseridos no sistema elétrico nacional até final de abril de 2023.
- Decisão do Supremo Tribunal Federal
Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”. Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 1988, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a empresa não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF.